

Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Pará

**CADERNOS  
CEPEC**  
ECONOMIA DA AMAZÔNIA



## **Economia política da Amazônia e a COP-30**

Political economy of the Amazon and COP-30

José Raimundo Barreto Trindade <sup>1</sup>a

**Resumo :** este número especial da Revista Cadernos CEPEC se destina a desenvolver uma dupla e necessária interação: a relação entre a Economia Política tal como desenvolvida na Amazônia e o debate colocado pela realização da Conferência das Partes (COP) – 30 na cidade de Belém, um dos principais centros metropolitanos da Amazônia brasileira.

**Palavras-chave:** Economia Política da Amazônia; COP-30; Artigos do Cadernos CEPEC.  
**Classificação JEL:** B51; Q56; Q57.

**Abstract:** This special issue of Cadernos CEPEC magazine aims to develop a necessary dual interaction: the relationship between political economy as developed in the Amazon and the debate raised by the Conference of the Parties (COP) 30 in the city of Belém, one of the main metropolitan centers in the Brazilian Amazon.

**Keywords:** Political Economy of the Amazon; COP-30; Articles from Cadernos CEPEC.  
**JEL Classification:** B51; Q56; Q57.

### **1. Introdução**

Este número especial da Revista Cadernos CEPEC se destina a desenvolver uma dupla e necessária interação: a relação entre a Economia Política tal como desenvolvida na Amazônia e o debate colocado pela realização da Conferência das Partes (COP) – 30 na cidade de Belém, um dos principais centros metropolitanos da Amazônia brasileira.

A Economia Política da Amazônia já percorre nesta terceira década do século XXI um longo trajeto de formulações e críticas desenvolvidas. A referência aqui a alguns autores que buscaram contribuir para análise e formulação do sentido mais profundo do que implica a

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: jrtrindade@ufpa.br  0000-0002-1999-8988.

territorialidade econômica, social, ambiental da Amazônia reflete o quanto temos por fazer, porém a importância dessas formulações são nossos Abaetés, pontos de apoio para perseverar nessa estrada crítica.

Fazer, por outro, uma abordagem da Economia Política da COP Amazônica requer a compreensão tanto da importância deste evento, quanto dos seus limites e da interação entre capitalismo e destruição ambiental do planeta e desta região muito em particular.

As chamadas Conferências das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) são reuniões anuais onde líderes mundiais, negociadores, especialistas e ativistas sociais que se reúnem para negociar acordos e organizar a luta global por medidas que detenham as mudanças climáticas, algo que, em grande medida, parece somente elidir as enormes contradições entre o permanente processo de acumulação capitalista e, necessariamente, seu choque com o incessante uso das capacidades bióticas do planeta, algo bastante visível no avanço crescente do desmatamento e da degradação ambiental do bioma amazônico.

Entre as principais COP organizadas tivemos a COP de Kyoto (1997) no Japão que resultou no chamado “Protocolo de Quioto”, estabelecendo o primeiro acordo climático global com algumas “metas vinculativas” com vistas a redução de emissões para países desenvolvidos, porém o referido protocolo já demarca os limites das demais COP’s, países grandes emissores como os EUA não ratificaram e a grande maioria dos países não tinham metas obrigatórias. O caso da COP de Kyoto é emblemático pelos limites de um debate que se vincula ao discurso ambiental sem a necessária vinculação com a crítica ao modo de produção capitalista e sua essência degradante do meio-ambiente pela sua essência estrutural da produção ilimitada com vistas a obtenção de lucro e expropriação do trabalho e da natureza.

Este texto de apresentação inclui além desta introdução uma breve discussão sobre autores da “economia política da Amazônia” sem ser exaustivo, mas com o caráter de introduzir os leitores neste amplo debate; por fim apresentamos o conjunto de artigos que estão colimados nesta revista especial.

## **2. A economia política da Amazônia**

Definimos Economia Política da Amazônia como a construção metodológica que analisa a realidade histórica amazônica considerando suas interações de conflito de classes, a

reprodução da riqueza social enquanto fenômeno assentado no valor-trabalho abstrato e, por fim, às contradições socioambientais oriundas das relações capitalistas assentadas na Amazônia.

Ainda na década de 1980, Roberto Santos (1980) lançava sua hoje clássica “História Econômica da Amazônia”, que toma os fatores históricos e estatísticos de um século de transformações e produz uma interpretação das modificações e do “tempo vivido” do homem amazônico e das disputas econômicas e sociais colocadas no espaço e no tempo histórico.

A trama histórica analisada por Santos remonta ao século da borracha (1820/1920), sendo principalmente a trama de desfazimento de povos milenares estabelecidos neste solo, mas também a constituição de formas de exploração arcaicas tão adequadas a acumulação primitiva de capital, trata-se especificamente do aviamento e de como as formas de exploração por dívida já se enredavam com circuitos financeiros que uniam seringalistas (patrões), tradings de comércio de borracha, bancos ingleses e, na ponta, os trabalhadores explorados na forma de aviamento, os seringueiros. Vale observar que parte importante dos seringueiros do primeiro ciclo da borracha eram nativos, indígenas de diversas nações: Ticunas, Kaapós, Karajás, Oagoas. Nações que irão desaparecer já no período analisado por Roberto Santos e cuja interação de transformação social e ambiental são a primeira ponta de lança deste longo processo de expansão do capital na região amazônica.

Ianni (1979) construiu uma análise que antecipava, em diversos aspectos, as contraditórias relações entre o bioma amazônico, o uso especulativo do solo e a espoliação de populações originárias, isso envolto no processo paulatino de constituição das formas contemporâneas, mas ainda assim arcaicas, de expansão capitalista na região. A obra “A luta pela terra” (1979), estabelece uma excelente base de análise da formação da agropecuária e sua expansão sob o regime da ditadura civil-militar de 1964 e, principalmente, a interação entre o mercado de terras, a intervenção estatal e a formação das classes sociais na Amazônia contemporânea. Vale observar que a contribuição da análise sociológica e antropológica a construção de uma Economia Política Amazônica se mostra objetivamente fundamental para conformação de uma certa alteridade sobre como o capitalismo engendra suas teias de organização cumulativa da riqueza e destrutiva das formas naturais e civilizacionais aqui assentadas.

As contribuições sociológicas também são devidas aos professores José de Souza Martins (1981, 2010), Francisco de Oliveira (1994) e as professoras Violeta Loureiro (2004) e Edna Castro (1995). Para as gerações mais novas vale lembrar que os estudos de três aspectos desenvolvidos por esses autores que se tornaram parte estruturante de qualquer análise da Amazônia contemporânea: a construção da categoria de fronteira, considerando sua percepção mais profunda referente ao conflito social e a captura daqueles que Martins denominou de “vítimas”, mas que também se constituíram enquanto atores de transformação e reorganização do espaço territorial na forma de amplos movimentos sociais e agrupamentos de classes que se impuseram como limites e resistência aqueles que Chico de Oliveira denominou de “patronímicos modernos do capital”. Esses modernos e arcaicos se constituem tanto no agronegócio, quanto no mineronegócio e no hidronegócio que constituem as faces do grande capital, em grande medida transnacional, mas com intenso apoio estatal estabelecido nas últimas sete décadas na Amazônia .

Devemos aqui lembrar de quatro economistas-políticos que nos são caríssimos para interpretar a atual saga amazônica: começando pelo atual maior intérprete da questão campesina na Amazônia, o professor Francisco de Assis Costa na coletânea “Economia Política da Amazônia” constitui um dos principais esforços de pesquisa para “compôr uma visão multidimensional” da Amazônia, seu desenvolvimento e suas sociedades. O inusitado tratamento metodológico estabelecido por Assis (2012) é próprio e de grande riqueza para continuidade de uma agenda de pesquisas, feita em torno do GP-DadesaNaea (Grupo de pesquisa “Dinâmica agrária e desenvolvimento sustentável na Amazônia”).

A interpretação histórica da economia amazônica se deve sobre maneira as contribuições de Arthur Cesar Ferreira Reis (1960), mesmo que sob diversos aspectos possamos criticá-lo, como seu envolvimento com a Ditadura Militar (foi governador biônico do Amazonas), porém suas contribuições em termos da formação capitalista na Amazônia, sua análise da parcela ocidental da região e, muito propriamente, a reconfiguração desta realidade a partir da constituição e funcionamento da Zona Franca de Manaus são parte dos estudos necessários ao entendimento de como se conforma o atual formato de ocupação regional. Da mesma forma temos o autor de “A redescoberta da Amazônia”, o professor Armando Mendes (1974), importante tanto pela interpretação das últimas décadas, quanto pelo papel de formação que teve ao ser um dos construtores da pós-graduação na região.

Por fim queremos lembrar nesta apresentação os trabalhos do professor Aluizio Leal (2010), considerando três aspectos que lhe são caros: a conformação de uma Amazônia soberana e com capacidade de organizar suas diferentes populações em torno de um projeto próprio de civilização; suas contribuições na análise da acumulação de capital do segmento mineral e a intervenção das transnacionais e, por fim, sua contribuição na leitura da história econômica amazônica. Esses são apenas alguns dos autores que, sob aspectos diversos e com interpretações não convergentes nos possibilitam a conformação de uma Economia Política da Amazônia.

O tratamento objetivo e crítico da COP-30 nos remete, em diversos aspectos, às contribuições estabelecidas por aqueles autores sobre o desenvolvimento do capitalismo e das contradições sociais e ambientais interpostas na realidade de uma região que, conforme Berta Becker (2009) foi “tardamente introduzida na Formação Econômica do Brasil”. Da mesma maneira nos parece que o atual debate sobre os limites ecológicos do capitalismo também se coloca tardiamente, seja em termos do tratamento da mais vasta região tropical do globo, quanto pelo próprio caráter do debate que não reconhece que o capitalismo enquanto essência é uma forma civilizacional que imporá a destruição impassível do planeta e cuja acelerada destrutividade se manifesta sobre o mundo amazônico.

### **3. “COP 30 - A Amazônia no centro da crise ecológica mundial”: os artigos deste número especial**

Este número especial se vocaciona a tratar o espaço amazônico desde uma tônica crítica, mas muito voltada a contribuir com os diversos segmentos sociais que estarão em Belém compondo o debate da COP-30. A revista se encontra mais encorpada para dar conta das contribuições que nos foram gentilmente enviadas, mas submetidas ao processo de análise por pares, no total selecionamos seis artigos de debate e um artigo-resenha para compor este número.

No artigo intitulado “Reprimarização da economia, Estado estacionário ecológico e Política fiscal verde”, Jomar Fernandes desenvolve uma inquietante análise sobre “o intercâmbio desigual de bens ecológicos, usando como proxy o fluxo material do país (...), o estado estacionário do ponto de vista ecológico e as alternativas da política fiscal verde como instrumento institucional”, isso para desenvolver a tese de “reprimarização econômica” e como

a Amazônia se coloca territorialmente no atual regime de desenvolvimento brasileiro, inclusive buscando pensar instrumentos de mitigação ecológicas.

O segundo artigo, de autoria de Ricardo Amaral, sob o título de “Desenvolvimento, mudanças climáticas e política de recursos hídricos na Amazônia paraense”, nos trás uma central contribuição ao tratar de como os recursos hídricos regionais estão sendo fortemente impactados e mostra a grande ausência de políticas reguladoras do setor. O autor produz uma interrogação quanto aos desafios estratégicos da PNRH (Plano Nacional de Recursos Hídricos) e sua interrelação com as mudanças climáticas em Marabá na Amazônia paraense em contraste com o do desenvolvimento sustentável? Considerando a importância da água potável e dos limites desses recursos em termos planetários, o artigo vem muito a contribuir para os debates da COP-30.

No terceiro artigo deste volume Costa Trindade, Rocha e Farias investigam a agricultura familiar e analisa sua relação com a assistência técnica no Brasil, especialmente no estado do Pará. Os autores observam a importância da agricultura familiar e sua interação com os fatores da bioeconomia, mas principalmente discutem criticamente as políticas estatais necessárias a assistência técnica, na forma da EMATER (Empresa de Assistência Técnica Rural), como um instrumento a ser modernizado e desenvolvido com vistas a atender este importante contingente populacional, observando que “análise da racionalidade limitada demonstra que as incertezas fazem com que os agentes tomem decisões baseadas nas informações disponíveis, ressaltando a interdependência entre o Estado, a EMATER e os agricultores familiares”.

O debate da importância da ação institucional sobre a gestão dos chamados “bens comuns” é tratado de forma detida nos artigos de Menezes e Batista, intitulado “Economia Verde e Instituições na Amazônia: O papel de Belém rumo à COP 30”, onde os autores ressaltam a possibilidade de Belém se tornar um “modelo para o desenvolvimento sustentável”, sendo que “as instituições e políticas públicas” são centrais “para que [esta] ideia se transforme em realidade”.

Da mesma forma, Maciejewsky Rocha e Ventura Neto, no texto “Instituições e saneamento básico na Amazônia Legal: o poder público e o mercado sob uma análise institucionalista”, analisam os problemas da “quase ausência” de saneamento básico na região amazônica, observado a partir do marco teórico da Nova Economia Institucional (NEI) como “a relação entre o público e privado, dada instituições como a ANA e o Novo Marco Legal do

Saneamento (Lei nº 14.026/2020)” têm atuado na Amazônia Legal. Nos marcos da COP-30 o debate sobre a precariedade do saneamento e das dificuldades de gestão são muito relevantes.

Ainda nos marcos do debate institucional, porém mais amplo, Enriquez, no artigo "Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 13 e 15 e sua relação com os processos de uso e ocupação do solo na Amazônia", busca integrar análise crítica quanto aos ODS's das Nações Unidas e o papel que cumpre a COP-30 enquanto espaço de reflexão e tratamento das alterações climáticas.

O artigo de Nascimento Borges, “Transformação do setor mineral mundial e a sua influência nos movimentos do capital da Vale S/A na Amazônia”. Este trabalho nos leva ao processo crítico da ação da maior mineradora brasileira na região amazônica, sendo que o autor investiga “a dinâmica do capital da Vale S/A concatenado com as transformações do setor mineral mundial”, buscando integrar esta análise aos “debates sobre as crises ambientais presente nas conferências sobre as mudanças climáticas”.

Por fim, como de praxe, trazemos um artigo-resenha de autoria de Sampaio e Trindade, trata-se da resenha da obra clássica da economia política brasileira de Paul Singer: “Economia Política da Urbanização”, uma obra central de um dos principais autores da economia brasileira.

Pela totalidade e qualidade dos textos aqui apresentados convidamos todas e todos a se dedicarem a leitura e análise crítica das contribuições aqui ofertadas. Boa leitura!

## Referências

BECKER, Bertha K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? *In*: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. **50 anos de formação econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia S. **Industrialização e grandes projetos**: Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

COSTA, Francisco de Assis. **Elementos para uma economia política da Amazônia**. Belém: NAEA, 2012.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). *In*: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (Orgs.). **Revista de Estudos Paraenses** (edição especial). Belém: IDESP, 2010.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MENDES, Armando Dias. **A invenção da Amazônia**. Belém: UFPA, 1974.

OLIVEIRA, F. de. A reconquista da Amazônia. *In*: D'INCAO, M. A. e SILVEIRA, I. M (orgs.). **Amazônia e crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 85-95, 1994.

REIS, Arthur Cezar F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: Quirós, 1980.

TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2014.